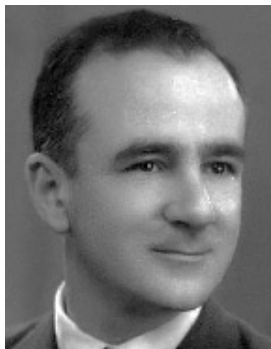


# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**LOBATO, Alexandre Marques** (Lourenço Marques, 1915 – Lisboa, 1985)

O percurso do Alexandre Lobato, tanto pessoal como de historiador, está intimamente ligado à história do império português. A sua vida foi sempre um vai e vem entre Portugal e as colónias, em particular Moçambique, donde é oriundo. Formou-se, no entanto, em Portugal, trabalhou para o ministério do Ultramar, escreveu quase integralmente sobre o império, defendendo sempre arduamente esse “Portugal maior”, foi também docente em Moçambique, viveu a descolonização e então voltou para Portugal. Este rápido resumo mostra como, ao estudar o historiador Alexandre Lobato, não podemos escapar ao problema do domínio colonial exercido pela metrópole, então tido por grande parte da população como natural e incontestável.

Alexandre Lobato nasceu em 1915, na antiga Lourenço Marques. Nas lembranças que nos dá desta cidade, num ensaio chamado “A Cidade das Acácias vermelhas” (*Quatro Estudos*, 1961), podemos vislumbrar uma vida do “gentio branco” (*ibidem*, p.151) numa “pacata vila de província atirada para aquele canto da África” (*ibidem*, p.152). Mas, para esta juventude branca e portuguesa, a formação era na capital: então, depois dum estadia em Timor para o serviço militar, foi em Coimbra que estudou Direito até ao terceiro ano, decidindo depois fazer a sua licenciatura em Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras desta cidade, que acabou em 1949. Durante a sua formação, começou a escrever artigos e livros de história, tendo já uma idade mais adiantada que os outros estudantes.

Depois da sua formação, esteve muitos anos a trabalhar na administração mas sem abandonar a escrita da história. Assim, foi entre 1946 e 1955, tanto redator dos Serviços Culturais dos CTT como no Secretariado Nacional de Informação e também Bibliotecário do Ministério do Ultramar. Com estas funções, podemos perceber que Alexandre Lobato não era um opositor ao Estado Novo. Foi até defensor acérrimo do Estado Novo sobretudo no que respeita à questão do Império colonial. Fez assim parte de um grupo de trabalho que se deslocou aos territórios de Portugal na Índia e participou nos estudos de História da Índia Portuguesa que tentaram fornecer aos advogados portugueses a defesa da portugalidade de Nagar-Aveli no Tribunal Internacional da Haia. Esse apoio ao Estado Novo foi então ativo e até partidário: seguiu uma



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

carreira ligada ao Ministério do Ultramar a partir de 1960 e foi deputado da VIII Legislatura de 1961 até 1965, antes de deslocar-se para Moçambique.

É nesse período dos anos 1950 e 1960 que vai desenvolver uma atividade científica muito intensa e sempre sobre temáticas ligadas a história do império português. Não podemos escapar ao facto de Alexandre Lobato ser um historiador ideologicamente próximo do regime e até por ele apoiado e subsidiado. Trabalhou para o Ministério do Ultramar e foi membro da União Nacional. O seu livro *História do Presídio de Lourenço Marques*, escrito em 1949, tem um prefácio de Marcelo Caetano. Muitos dos seus livros foram publicados pela Agência Geral do Ultramar, onde podemos ler logo depois do título “esta publicação foi autorizada por despacho da Sua Excelência o Ministro”. Até no prefácio de um desses livros agradece a Sarmiento Rodrigues, então Ministro do Ultramar (*A Expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Livro I, 1954, p.13).

Esta sociabilidade administrativamente e ideologicamente ligada ao Estado Novo levou-o a escrever em várias obras sobre o indissolúvel vínculo de Portugal às colónias, em que acreditava fervorosamente. Mas mesmo nos livros em que defende o império, tem consciência que é partidário: apontou no prefácio do seu *Sociologia política da expansão e outros ensaios*, de 1957, que “claro que as páginas seguintes traduzem um ponto de vista meramente pessoal” (p.7) mas para ele “os fenómenos coloniais da hora presente exigem de nós portugueses a obrigação de defender com verdade e coragem as atitudes claramente sãs que Portugal manteve e mantém no Ultramar” (*ibidem*, p. 7 e 8). É então perante as vicissitudes da posterior história portuguesa inserida no contexto da descolonização que Alexandre Lobato decidiu optar pela defesa de Portugal. Para ele, a história da colonização de Portugal foi a de um povo português que não chegava como conquistador “a não ser por ofensa prévia a justificar uso da força, mas com a cordialidade necessária ao estabelecimento de relações amigáveis” (*ibidem*, p.14). Em consequência, os portugueses “incutiram na alma negra o respeito a certos princípios do estilo europeu quanto a liberdades individuais, direitos de evangelização, e fé no cumprimento dos contratos” (*ibidem*, p.15). Alexandre Lobato desenvolveu em diversos trabalhos uma imagem totalmente idealizada dos portugueses; são os outros povos europeus que fizeram voltar a colonização que tinha desaparecido com o fim do império romano, os portugueses eram pacíficos, integravam-se bem e só queria espalhar a fé cristã. Nisto, estava em sintonia com a tese lusotropicalista do antropólogo brasileiro de Gilberto Freyre, que então visitou os territórios coloniais portugueses a convite do regime. Seguindo esta lógica, para Alexandre Lobato, era impensável que Portugal pudesse viver sem as colónias: “Criação deste pequeno povo, generoso e humilde, sacrificado e grande, o Ultramar, dos Açores a Timor, é a garantia de que Portugal continua” (*ibidem*, p.23). A defesa do império era então algo de vital para Portugal.

Mas, apesar desta visão completamente adequada à do Estado Novo, não se pode reduzir Alexandre Lobato a um historiador partidário, quase orgânico do regime. De facto, ele tem um lugar relevante no



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

nascimento e o desenvolvimento da História de Moçambique. Uma grande parte da sua obra foi dedicada a esta antiga colónia. Assim, foi um dos que mesmo com “falta de elementos de trabalho, porque a bibliografia moçambicana, além de escassa, não é de fácil procura” (*História da Fundação de Lourenço Marques*, 1948, p.VII), tentou fazer a história desta terra em várias épocas mas limitada ao período posterior à chegada dos portugueses. Depois, sempre se defendeu contra os ataques, que recebeu dos que o acusaram de não fazer história, sobretudo do jornalista Rodrigo Júnior: “o meu nacionalismo político não tem nada que ver com a história, porque a verdade é que não torço os documentos, não lhes tiro o sabor de verdade ou mentira que encerram e tenho por hábito deixar os homens de cada época contarem os factos com as ideias de que vivem” (*Aspectos de Moçambique*, 1953, p.45). Em todos os seus livros, teve o cuidado de apresentar as fontes que utilizou, sublinhando até algumas vezes as dificuldades que encontrou e as lacunas de certos arquivos. Estava inserido no meio dos historiadores e trocou umas cartas com Vitorino Magalhães Godinho que lhe deu algumas indicações no terceiro volume da *A Expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, de 1960 (p.389). Devemos também notar que este último livro é um livro de história económica como a faziam os historiadores da escola dos *Annales*, seguindo uma metodologia pouco usada pelos historiadores do regime.

Essa extensa produção histórica foi bem acolhida e permitiu-lhe ser membro de diversas instituições da época: pertenceu a Academia das Ciências de Lisboa, à Academia Portuguesa da História e à Academia da Marinha. Foi também galardoado com alguns prémios e distinções: devemos assinalar o prémio de História “João de Barros” da Agência Geral do Ultramar e prémios literários da Câmara Municipal de Lourenço Marques e da cidade de Nampula mas também as condecorações de Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada em 1964 e a Medalha de Ouro da Cidade de Lourenço Marques em 1972.

A transição entre os anos 1960 e 1970 foram os que permitiram a Alexandre Lobato ter uma experiência docente. Começou na sua natal Lourenço Marques, leccionando como professor auxiliar a partir de 1968 as cadeiras sintomáticas da sua visão da história lusa, ou seja “História de Portugal” e “História da Expansão Portuguesa no Mundo”. Já depois do 25 de Abril, na Universidade que adoptaria o nome de Eduardo Mondlane, leccionou de 1974 até 1977 a cadeira de “História de Moçambique Colonial”. Na mesma altura, ocupou a função de Diretor interino do Arquivo Histórico de Moçambique. Em 1977, decidiu voltar a Portugal. Em Lisboa, foi Investigador Principal na Junta de Investigações Científicas do Ultramar, leccionou na Faculdade de Letras de Lisboa a cadeira de “História da Expansão Portuguesa no Mundo” e a mesma cadeira na Universidade Livre, de em 1980, seguindo nas mesmas temáticas. Faleceu em Lisboa em 1985, sempre ativo cientificamente. O percurso de Alexandre Lobato, esse historiador que só escreveu sobre o Império e que foi um incorruptível defensor da sua existência, não pôde resistir ao movimento de arrumação da História pós 25 de Abril. Até o lugar onde faleceu revela essa história que desvaneceu: é na antiga capital do já inexistente império que Alexandre Lobato morreu.

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia ativa:** *História da Fundação de Lourenço Marques*, Lisboa, Edições da Revista « Lusitânia », coleção Estudos Moçambicanos, 1948; *História do Presídio de Lourenço Marques, 1782-1786, Vol 1*, Lisboa, Estudos Moçambicanos, 1949; *Aspectos de Moçambique, No antigo regime colonial*, Lisboa, Livraria Portugal, 1953; *A Expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530, Livro I, Descobrimento e ocupação da Costa, 1498-1508*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, coleção « Estudos moçambicanos », 1954 ; *Sociologia política da expansão e outros ensaios*, Lisboa, Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, Centro de Estudos Políticos e sociais da Junta de Investigadores do Ultramar, 1957; *História do Presídio de Lourenço Marques, Livro II, 1787-1799*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Estudos Moçambicanos, 1960; *A Expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530, Livro III, Aspectos e problemas da vida económica, de 1505 a 1530*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, coleção « Estudos moçambicanos », 1960; Alexandre Marques LOBATO, *Quatro Estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, coleção « Estudos Moçambicanos », 1961 *Pequena história da Índia Portuguesa*, Lisboa, Separata da revista *Ultramar*, nº7/8, 1962 ; *Relações luso-maratas, 1658-1737*, Lisboa, Centre de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

**Bibliografia passiva:** « Alexandre Marques Lobato, Curriculum », *Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Vol. 5, 1985 (separata); Luís Reis TORRALBA, *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Christophe Araújo



APOIOS:

